

A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

PEDAGOGY OF THE MOVEMENT OF LANDLESS WORKERS

Mara Rúbia Alves Marques¹
Flávia de Fátima Brito²

RESUMO: O presente artigo sintetiza uma pesquisa bibliográfica e documental que analisou a relação entre educação e movimentos sociais, por meio do processo de implementação da educação escolar no âmbito do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A escolha do MST (a Escola do MST) se deu não apenas pelo fato de dentre os movimentos sociais se apresentar como algo instigante e polêmico, a partir dos anos de 1980, mas por entendermos que este elaborou um modelo robusto e completo de Educação, o Escola em Movimento, que chama atenção pelo grau de diferenciação perante a escola tradicional e por seu caráter pedagógico que representa vitória e conquista popular pelo desenrolar de sua história, pelo seu amadurecimento e crescimento. Para compreender este fenômeno, buscamos o estudo de autores tais como Gohn (1997), Touraine (1989; 1994) Santos (1994), Caldart (2004), Arroyo (2004) e Freire (1987, 1996, 2000). Para a compreensão da conjuntura mundial de 1980 até a atualidade, pesquisamos os textos de Santos (2003), Anderson (2004), Boron (2004), Oliveira (2004) e Castells (1999).

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Movimentos Sociais. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT: The present study summarizes a bibliographic and documentary research that analyzed the relation between education and social movements, taking in particular the development of the process of implementation and delivery of Education in the core of MST - Movement of Landless Rural Workers. The choice made by the MST (the School of the MST) was due not just because among the social movements it is presented as something exciting, bustling, controversial but by understanding that a complete and “robust” model of education was produced, which can be called as “School in Movement”, drawing attention not just for the degree of differentiation before the traditional school, for its pedagogical character but also for what it represents in terms of winning and popular achievement in the course of its history, its growth and maturation . To understand the range and network of new and disturbing facts we seek to study authors such as Gohn (1997), Touraine (1989, 1994) Santos (1994), Caldart (2004), Arroyo (2004) and Freire (1987, 1996, 2000). To understand the world situation, from the periods of 1980 to the present authors developing relevant subjects researched were: Santos (2003), Anderson (2004), Boron (2004), Oliveira (2004) and Castells(1999).

KEYWORDS: Rural Education. Social Movements. Movement of Landless Rural Workers.

¹ Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: mara@ufu.br

² Mestre em Educação. Professora da Faculdade Católica de Uberlândia. E-mail: flaviabritocat@hotmail.com

Introdução

O conceito de movimento social é de uma importância central não porque descreve realidades maciças, mas porque ele indica o lugar onde tendem a se formar os conflitos mais centrais, onde a capacidade dos homens de fazerem a sua história atinge o nível mais elevado.

ALAIN TOURAINE

Nesse artigo analisamos o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – no seu aspecto educacional, tendo como fundamento inicial a colaboração do trabalho de Arroyo (2004), direcionado para a educação no campo, que realiza, possibilita um entendimento integrado da teoria e da prática educacional nesse aspecto específico. Posteriormente, consideramos a construção de uma pedagogia do MST por intermédio de seus próprios documentos, especialmente do *Dossiê MST ESCOLA – Documentos e Estudos 1990-2001*.³ Para tanto, temos por base as três características dos movimentos sociais apontadas por Touraine (1989, 1997) e por Castells (1999) quais sejam: *a identidade, o adversário e a meta social*.

Em sua obra *Por uma educação do campo*, já na apresentação Arroyo (2004, p. 8) faz um questionamento que justifica nosso interesse pelo tema:

O *silenciamento*, esquecimento e até o desinteresse sobre o rural nas pesquisas sociais e educacionais é um dado histórico que se tornava preocupante. Por que a educação da população do campo foi esquecida? Um dado que exige explicação: “somente 2% das pesquisas dizem respeito a questões do campo, não chegando a 1% as que tratam especificamente da educação escolar no meio rural”. O movimento *Por Uma Educação do Campo* nasceu para denunciar esse silenciamento e esquecimento por parte dos órgãos governamentais, dos núcleos de financiamento e estímulo à pesquisa, dos centros de pós-graduação e dos estudiosos das questões sociais e educacionais. Os textos deste livro se perguntam sobre o porquê desse silenciamento e esquecimento, e apontam algumas hipóteses.

O autor, entretanto, ressalta que o silenciamento está sendo revertido nos últimos anos, visto que as universidades e os centros de pesquisa se voltam, sensibilizados, para a produção de referenciais teóricos apropriados para se compreender a nova dinâmica do campo brasileiro, de modo que:

Milhares de educadores e educadoras se mobilizam, se reúnem, debatem, estudam e refazem concepções e práticas educativas em escolas de comunidades camponesas, em escolas-família agrícola, em escolas dos reassentamentos do Movimento dos Atingidos pelas Barragens, em escolas de assentamentos e de acampamentos do Movimento dos Sem Terra, ou em escolas de comunidades indígenas e quilombolas. (ARROYO, 2004, p. 9).

Precisamos estar atentos quanto à interação existente entre a afirmação da especificidade do campo e a afirmação da especificidade da educação e da escola do campo. Torna-se urgente um pensamento educacional e uma cultura escolar e docente que se alimentem dessa dinâmica formadora. E no dizer do próprio autor: “Também mais se afirma a necessidade de equacionar a função social da educação e da escola em um projeto de inserção do campo no conjunto da sociedade.” (ARROYO, 2004, p. 13)

Quando falamos em *defesa de políticas públicas de educação do campo*, constatamos que os movimentos sociais carregam bandeiras da luta popular pela escola pública como direito social e humano e como dever do Estado. Constatamos que nas últimas décadas os movimentos sociais vêm pressionando o Estado e os diversos entes administrativos a assumirem sua responsabilidade no dever de garantir escolas, profissionais, recursos e políticas educativas capazes de configurar a especificidade da educação do campo, sendo que, no vazio e na ausência dos governos os próprios

³ In: Caderno de Educação n. 13, 2005. Edição Especial.

movimentos tentam ocupar esses espaços, mas cada vez mais cresce a consciência do direito e a luta pela educação do campo como política pública.

Nesse sentido, Arroyo (2004, p. 15) afirma:

Um traço aparece com todo destaque: a construção do direito do povo brasileiro do campo à educação, às letras, ao conhecimento, à cultura universal somente acontecerá vinculada à construção da pluralidade dos direitos negados. Sobretudo, vinculada à realização do primeiro direito: a terra. Que é trabalho, vida e dignidade. Que é educação.

A questão que se destaca é a da capacidade, da possibilidade, do conteúdo e da metodologia de uma educação ou uma pedagogia construída surgida do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, por meio de uma epistemologia, ou seja, de uma lógica discursiva ou uma teorização expressa publicamente no final dos anos de 1990 e início do século XXI. Nesta perspectiva, o presente artigo retrata a evolução desse Movimento, pela análise de sua organização com vistas à concretização de propostas educacionais voltadas para sua realidade específica.

O ponto de vista educacional do MST

Segundo os organizadores do *Dossiê MST ESCOLA* (2005), o período de 1990 a 2001 “Foi [...] o período em que o MST se dedicou a uma produção teórica específica sobre a escola de educação fundamental e foram estes os principais estudos e documentos que referenciaram o trabalho do Setor de Educação até aqui”.

A idéia deste dossiê surgiu durante estudos realizados em nossos cursos de formação de educadores, pela constatação de que poucas das pessoas que trabalham atualmente nas escolas das áreas de reforma agrária, e mesmo em outras atividades do setor de educação e do conjunto do Movimento, conhecem o conjunto de materiais e a trajetória da reflexão do MST sobre a escola. (MST, 2005, p. 5)

Nesse sentido, um dos objetivos principais da edição deste Caderno foi resgatar a memória da reflexão sobre a escola, disponibilizando-a de forma organizada para o estudo dos educadores e das educadoras do movimento com a preocupação em instigar a análise crítica dos materiais produzidos, “como forma de provocar também a reflexão sobre como podemos avançar em nossa produção teórica e em nossa prática concreta nas escolas públicas vinculadas ao Movimento.” (MST, 2005, p. 5)

Vários textos integram o *Dossiê MST ESCOLA – Documentos e Estudos 1990-2001*, a saber: “Nossa luta é nossa escola: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos”; “Educação no Documento Básico do MST”; “O que queremos com as escolas dos assentamentos”; “Como deve ser uma escola de assentamento”; “Como fazer a escola que queremos”; “A importância da prática na aprendizagem das crianças”; “Escola, trabalho e cooperação”; “Como fazer a escola que queremos: o planejamento”; “Ensino de 5ª a 8ª séries em áreas de assentamentos: ensaiando uma proposta”; “Princípios da Educação no MST”; “Pedagogia da Cooperação”; “Escola Itinerante em Acampamentos do MST”; “Como fazemos a Escola de Educação Fundamental”; “Nossa concepção de educação e de escola”. O dossiê se encerra com um conjunto de textos que foram publicados também no ano de 2001, na coleção *Boletim da Educação*, com o título geral de “Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas”.

Para embasarmos nossa reflexão a respeito dos movimentos sociais e educação, daremos destaque para algumas ideias desses documentos no sentido de contribuir com a discussão desse tema que, segundo Arroyo (2004), esteve esquecido durante algum tempo e hoje está sendo retomado.

A identidade política e pedagógica no MST

Realçamos inicialmente a importância e preocupação do MST em relação à discussão das diretrizes e os encaminhamentos de uma educação associada ao retorno à prática de um movimento de base, como destacamos a seguir:

É momento de voltar a discutir com toda nossa base “o que queremos com as escolas dos assentamentos e acampamentos do MST”, quais as tarefas pedagógicas específicas da escola na formação dos Sem Terra e como organizar sua prática educativa para que contribua na construção do projeto de sociedade socialista que defendemos e na emancipação social e humana dos seus sujeitos. (Dossiê MST Escola, 2005, p. 5-6).

E hoje, temos que fazer esta discussão olhando nossa experiência em uma dupla perspectiva. *A perspectiva de cultivo da identidade política e pedagógica de uma escola pública vinculada a um movimento social como o MST*, e também a perspectiva de fortalecimento da mobilização “por uma Educação do Campo”, que consideramos uma das nossas ferramentas de ampliação da luta pela universalização do direito à educação e à escola (o que ainda não conquistamos em nosso país), e de *construção de um projeto de educação vinculado às lutas de resistência do conjunto dos camponeses e pela transformação social*. (MST, 2005, p. 6 – grifos nossos).

Nota-se, ainda, que com o passar dos anos não houve negligência ou descaso em relação à educação do MST; ao contrário, houve novas discussões, avanços, ampliação do acesso à educação em seus vários níveis: educação básica (implantação da 5ª a 8ª séries, ensino médio em alguns casos) e até mesmo educação superior (Universidade do MST).⁴ O que pode ser visto na preocupação com fóruns de discussão específicos para a educação, de onde saiu um documento norteador para processo educativo, *Educação no Documento Básico do MST* - publicado em fevereiro de 1991⁵ e da criação de órgãos internos, como o Setor de Educação.

Assim como o movimento, a Escola do MST também amadureceu. No que diz respeito ao currículo, o texto demonstra clareza de ideias e conhecimento sobre o tema, como destacamos:

uma forma de por em prática este princípio de partir da realidade é mudando o jeito de organizar o currículo de nossas escolas. O que é um CURRÍCULO? Muita gente pensa que o currículo é uma lista de conteúdos que o professor recebe pronto e que deve seguir à risca. O currículo tem conteúdo. Mas não é só isso. O currículo é um conjunto de práticas que são desenvolvidas de forma planejada pelo coletivo da escola. Na nossa proposta, queremos romper com a educação tradicional que organiza o currículo em torno de conteúdos retirados dos livros. Conteúdos que são despejados na cabeça das crianças, sem preocupação com alguma relação entre estes conteúdos e a realidade. (MST, 2005, p. 52)

Outro fator observável na dinâmica deste movimento escolar refere-se à revisão e reordenação de conceitos considerados tradicionais, mas que se tornaram novos e inovadores pela dinâmica desafiadora do MST. Chamou-nos atenção a descrição feita por Arroyo (2004, p.124) sobre o coletivo de educadores:

na realidade do campo há muitas escolas de um só professor ou de uma só professora. Esta é, por exemplo, a situação de muitos assentamentos do MST. Mas também já aprendemos que coletivo de educadores não é o coletivo apenas de professores. Numa escola há outras pessoas que têm ou podem ter esta tarefa. Na experiência do MST, consideramos como educadores: as professoras e os professores da rede pública, assentados ou não, que atuam na escola; os outros funcionários e funcionárias que trabalham na escola; as pessoas voluntárias da comunidade que atuam em algum tipo de atividade

⁴ Conforme o artigo: “A Universidade do MST está localizada no interior de São Paulo - A Escola Nacional Florestan Fernandes foi inaugurada no último 23 de janeiro em Guararema”; publicado em 26/01/2005 - 16:26. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=6145>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

⁵ Extraído do Documento aprovado no 6º Encontro Nacional do MST realizado em Piracicaba/SP, em fevereiro de 1991.

ligada à escola (monitores de oficinas ou do tempo-trabalho, por exemplo); técnicos e técnicas que atuam no assentamento e que também são chamados a contribuir no acompanhamento dos processos produtivos desenvolvidos pela escola... Há também a chamada equipe de educação do assentamento ou do acampamento, geralmente constituída por representantes das famílias Sem Terra que, embora não seja responsável apenas pelas atividades da escola, pode representar um apoio político e pedagógico importante para o grupo interno, ou mesmo participar efetivamente dele quando for muito pequeno.

A Escola do MST cresceu, amadureceu e chegou à formação de professores, como nos relata Arroyo (2004, p. 125):

o coletivo de educadores é portanto também o seu espaço de autoformação. Não há como ser sujeito de um processo como este sem uma formação diferenciada e permanente. É preciso aprender a refletir sobre a prática, é preciso continuar estudando, é preciso se desafiar a escrever sobre o processo, teorizá-lo.

Em junho de 1990, pela publicação na Cartilha FUNDEP/DER/MST/RS no texto “*Nossa luta é nossa escola: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos*”, tem início as discussões referentes à educação nos assentamentos e acampamentos partindo-se do questionamento: *Crianças Acampadas: O que fazer com elas?*

Os autores do documento relatam que quando os meses foram se passando sem uma solução para os acampados, a Equipe de Educação da Anonni⁶ começou a discutir sobre a necessidade da escola. Nesse momento o grupo ficou dividido. Havia aqueles que não concordavam com a instalação de uma escola dentro do acampamento porque julgavam que ela iria atrapalhar a luta maior; iria amarrar ainda mais as famílias, dificultando sua mobilidade e participação ativa no MST. Muitas lideranças tinham essa ideia, e algumas delas mantêm sua posição de que a educação escolar não chega a fazer diferença, até hoje, no desdobrar de uma luta social como os dos ST (Sem Terra). Por outro lado, foi forte o argumento da Equipe de Educação de que sendo tão grande o número de crianças em idade escolar e prevendo-se uma demora ainda maior na solução, muitos pais poderiam pensar em deixar o acampamento. E havia mais um detalhe: a fazenda Anonni poderia ser um futuro assentamento, e então a escola não seria tão provisória assim.

Dessa maneira, primeiro foi feito um levantamento que acusou a presença de 650 crianças entre 7 e 14 anos. O número surpreendeu a própria direção da Anonni e este dado também foi jogado na discussão com o Estado: além de não se estar resolvendo a questão da terra, havia ainda o agravante do número de crianças privadas do direito constitucional de frequentar uma escola.

Em relação à *Conquista da Escola* tudo começa debaixo de uma lona preta. As aulas aconteciam todas no mesmo barracão, num sistema de três turnos. Eram 23 professores para 600 alunos, de 1ª a 4ª séries. No final do ano, as aulas passaram para o prédio novo. Este fato traz à tona a complexidade política da questão dos Sem Terra que trafegam permanentemente, nos escorregadios limites entre o legal e o legítimo, e entre as contradições e tendências de cada conjuntura. De qualquer modo, esta conquista da Anonni confirmou a força de organização e chamou a atenção para a questão escolar entre todos os grupos do MST no estado. Cada leva de colonos que sai, hoje, da Anonni para algum assentamento carrega consigo a preocupação e os primeiros passos para o começo da briga pela escola. Em alguns casos, até consegue articular a presença de algum professor no grupo para liderar a discussão.

Outro aspecto discutido refere-se a *Professores De Fora X Professores De Dentro*, que evidenciou que a ligação entre a escola e o acampamento estava sendo possível porque, nessa época, as professoras da Anonni eram todas acampadas. Elas foram contratadas pelo município, através do programa de repasse de verbas do Estado para contratações emergentes de professores por tempo determinado. Como a titulação destas professoras era deficiente, não havia como prestar concurso

⁶ Anonni: fazenda em Sarandi – RS.

público no próprio Estado. Nesse momento constatou-se o avanço *Das Equipes de Educação ao Setor de Educação do MST/RS*, pois o grande desafio do setor consistia na progressiva definição da proposta geral de educação para as escolas de assentamentos, no que contribuiu a articulação já nacional da equipe e o intercâmbio com assessores que traziam para dentro do movimento as discussões mais avançadas sobre educação popular, fora e dentro da escola formal.

Assim emerge *Uma Escola Diferente* na qual entra em jogo a discussão sobre diferentes concepções da luta pela terra aliada à luta pela escola. Quando se forma a consciência da amplitude do processo social que está sendo desencadeado pelo movimento, abre-se o espaço para discutir mais profundamente a questão da educação, e ela passa a ser considerada como uma dimensão fundamental da luta. Mas, ao mesmo tempo, surge outra divergência: porque lutar por educação não é necessariamente lutar por escolas formais. Existem outras formas de educação que parecem ser bem mais eficientes e concretas.

Nesse sentido, surge outro questionamento: *Mas, diferente em quê?* Em outras palavras, como, na prática, fazer uma escola a serviço do assentamento? A primeira providência foi a discussão entre pais e professores que juntos decidem sobre o que ensinar. Mas, além do que ensinar, é preciso discutir nas equipes, nos cursos, com os assessores, também sobre o jeito de ensinar, a questão dos métodos e da própria relação professor-aluno. Assim, a questão fundamental, no começo, foi a de aprofundar e aperfeiçoar aquelas experiências improvisadas nos acampamentos que, mais por circunstância do que por princípio, permitiam a naturalidade do ato de aprender, misturarem-se com a vida cotidiana dos pais, professores e crianças. Por outro lado, e especialmente para os professores que já tinham experiência anterior de magistério, foi preciso romper com o jeito tradicional de trabalhar. Já para as professoras, que começam sua profissão nestas escolas, é natural passar a utilizar em sala de aula práticas comuns a outras instâncias do assentamento.

Um dia, as crianças resolveram fazer uma assembléia com todos os alunos da escola. A gente foi lá só pra assistir. Elas escolheram quem ia dirigir a assembléia, montaram a pauta, tudo direitinho. Esse fato acabou chamando a atenção de todo mundo porque as crianças estavam se sentindo também responsáveis pelas coisas... Nessa assembléia decidiram sobre a merenda... É que não tinha merenda pra elas, naquela época, e o prefeito tinha prometido dar essa merenda. "Daí elas decidiram que iriam ao município falar com o prefeito e exigir dele: ou a merenda ou parar de fazer promessa..." (Noeli/Anonni). (MST, 2005, p. 20)

O documento nos mostra que a prática não tem sido fácil para estes professores o que os leva à discussão: *Do Diferente ao Alternativo*. São muitas as dúvidas e poucas as respostas claras, existindo mesmo divergências entre as posturas assumidas por um assentamento e outro. Há, no entanto, o consenso de que é a sua experiência passada de escola tradicional que precisam superar e é a sua experiência atual de MST que devem conseguir transformar numa pedagogia. Aos poucos os professores começam a perceber que o "diferente" precisa ser aprofundado, e que o grande desafio é a construção de uma nova estratégia educativa e de uma nova concepção de ensino e de aprendizagem, coerente com os objetivos da escola num assentamento.

A progressiva consciência da complexidade da mudança educacional de que estão sendo sujeitos, traz à tona o significado fundamental da escola "diferente", que desde o início os Sem Terra pretendem implantar nos seus assentamentos. E este significado é duplo: a escola é diferente, tem que ser diferente porque o contexto onde ela se instala é diferente. O assentamento é um tipo de organização coletiva, até certo ponto original, no cenário social brasileiro, tão pródigo em "livres iniciativas" individuais. "Uma escola metida na organização de um grupo social específico e com homogeneidade de interesses, só poderia assumir características singulares e dar respostas às questões próprias deste grupo." (MST, 2005, p.21)

Assim, surge o outro significado desta diferença: quando os assentados querem uma escola voltada para a sua realidade, eles estão, antes de tudo, fazendo uma crítica ao modelo de escola que conhecem e que é o tradicional em nossa educação. Então, quando tentam resolver os seus

problemas educacionais, na prática passam a participar da construção de alternativas para as escolas brasileiras em geral, em especial àquelas localizadas no meio rural.

Mas, questionamos: um ensino que ajude a entender e a transformar a realidade, vincule teoria e prática, prepare para um trabalho concreto e para uma cidadania plena, não são bandeiras comuns a todos os movimentos de transformação da educação que conhecemos? O que acontece é que a relação escola-comunidade, possível num assentamento, está permitindo a este grupo avançar mais rapidamente na definição concreta de uma escola alternativa. Talvez seja por isso que cada vez mais entidades de educação e de pesquisa estão chamando ou visitando os professores de assentamentos, para conhecer e discutir suas experiências.

Uma das maiores bandeiras de luta no Setor de Educação é, hoje, *Uma Nova Formação para um Professor Novo*, ou seja, sua capacitação técnica e política para a construção prática dessa proposta. Na realidade, esta formação se deu e se dá no dia a dia da sala de aula, bem como da sua organização como setor específico do MST e da sua participação na organização geral do assentamento ou acampamento, a cada discussão e a cada tentativa de buscar soluções para os novos problemas surgidos. Porém, ocorre que na medida em que as Equipes de Educação vão se dando conta da complexidade das questões educacionais levantadas pela prática, passa a sentir necessidade de uma capacitação mais científica, de uma formação teórica que lhes permita entender melhor a prática. Em outras palavras, se a proposta de escola dos assentamentos tem que ser diferente, então um curso de formação de professores para atuar nestas escolas também tem que ser “diferente”. Tem que estar comprometido com a discussão das experiências pedagógicas que já estão sendo realizadas nos vários assentamentos do estado.

Nesse contexto, o Setor de Educação se informa a respeito do projeto de uma nova instituição educacional que está surgindo na região Noroeste do estado, e começa a ver ali um espaço para a realização do curso que pretende. Trata-se da FUNDEP (Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa na região Celeiro), que é criada em 1989, no município de Três Passos, pela articulação dos movimentos populares da região com alguns setores da igreja e com um grupo de educadores dispostos a dar à luz a uma proposta realmente nova de educação. Proposta que seja organicamente vinculada às necessidades e demandas da formação de uma população regional organizada, tanto na área do ensino formal quanto da educação não formal.

Na estrutura da FUNDEP, são criados vários departamentos, dentre os quais o DER (Departamento de Educação Rural), voltado especificamente para a problemática dos pequenos produtores rurais e o desafio de implementação de um projeto de desenvolvimento rural que lhes garanta melhores condições de vida e maior participação social nos destinos do país. Ao saber disso, e à medida que o MST passa a ser chamado para as primeiras discussões sobre o projeto de implantação da FUNDEP e do DER, o Setor de Educação propõe a realização, nesse Departamento, do curso supletivo de Magistério para professores de assentamentos de todo o estado. Isto acontece no primeiro semestre de 1989. Quando, em agosto, a Fundação é oficializada, este curso já está eleito como o primeiro curso a ser realizado pelo DER, tendo sido planejado em conjunto com o Setor de Educação, desde os objetivos, os conteúdos, os professores a ser convidados, a metodologia de trabalho e de avaliação etc.

Em janeiro de 1990, inicia a primeira etapa do curso, sendo oferecido também, para os professores municipais em exercício na região de Braga, município próximo a Três Passos, onde fica a sede do DER. A avaliação foi a de que a problemática da escola rural regional, confrontada com a problemática específica das escolas de assentamento, seria de grande riqueza para a formação dos professores de ambas. O tipo de discussão, travada durante o curso, passa a configurar melhor as principais questões a serem enfrentadas pelo MST no campo da formulação de sua proposta pedagógica alternativa, identificando os focos centrais da mudança pretendida.

Não há dúvida hoje, dentro do Setor de Educação do MST, de que a base da escola alternativa para os assentamentos está na relação entre a escola e a produção, ou seja, *Escola e Cooperação Agrícola*. Segundo Schwaab (1990) a principal meta do Setor de Educação é que a escola acompanhe

toda essa discussão sobre a cooperação, e que estas experiências entrem na escola, clareando de vez a relação entre a escola e a produção nos assentamentos. Há clareza dos professores que, para trabalhar a questão da Cooperação Agrícola na sala de aula, as crianças precisam ter uma vivência prática de trabalho cooperativo. E são esses próprios professores que acompanharão as atividades das crianças na marcenaria ou em outras que forem definidas. A ideia é que cada professor trabalhe um turno na escola e outro neste acompanhamento, sendo esta a sua cota de participação em trabalho na cooperativa (prestação de serviço).

Consideramos de suma importância citar as principais orientações do documento que sustenta toda a ação do MST – *Educação no Documento Básico do MST*⁷ - no que diz respeito à educação, informando ao leitor o alicerce de ação que sustenta a concepção e o fazer deste movimento:

I - Linhas políticas

- Transformar as escolas de 1º grau dos assentamentos em instrumentos de transformação social e de formação de militantes do MST e de outros movimentos sociais com o mesmo projeto político.
- Desenvolver uma proposta de educação que proporcione às crianças, conhecimento e experiências concretas de transformação da realidade, a partir dos desafios do assentamento ou acampamento, preparando-se crítica e criativamente para participar dos processos de mudança da sociedade.
- A prática de educação nas escolas de assentamento/acampamento deve seguir os princípios: a) ter o trabalho e a organização coletiva como valores educativos fundamentais; b) integrar a escola na organização do assentamento; c) formação integral e sadia da personalidade da criança; d) a prática da democracia como parte essencial do processo educativo; e) o professor deve ser sujeito integrado na organização e interesses do assentamento; f) a escola e a educação devem construir um projeto alternativo de vida social; g) uma metodologia baseada na concepção dialética do conhecimento;
- Produzir coletivamente a base de conhecimentos científicos mínimos necessários para o avanço da produção e da organização nos assentamentos.
- Ampliar e fortalecer a relação entre a escola e o assentamento e entre a escola e o MST. (MST, 2005, p. 29).

Para que esses princípios sejam praticados, as orientações são, em síntese, aprofundar a discussão das linhas políticas nos estados, em todos os níveis, a partir do documento “Linhas básicas da proposta de educação do MST”; constituir e/ou fortalecer o setor de educação em cada estado, bem como articular todos os professores das escolas; ativar os fóruns regionais (Sul e Nordeste) para agilizar a articulação nacional do setor de educação, pôr em prática os princípios pedagógicos do MST em todas as escolas de assentamentos e acampamentos, conquistadas no país, fazer um diagnóstico completo da situação das escolas em cada Estado: número de alunos, professores, condições dos prédios, escolas e professores necessários, problemas e saídas.

Outra orientação é garantir junto ao Estado (governo estadual e municipal) alguns elementos básicos sem os quais a ação fica prejudicada, por exemplo, a criação de escolas oficiais de 1º grau em todos os assentamentos, com todas as condições necessárias; o acesso de todas as crianças assentadas ou acampadas ao ensino de 1º grau; a legalização das atividades escolares desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos; a contratação e nomeação prioritária de professores do MST para as escolas; o respeito aos princípios pedagógicos do MST; a autonomia dos assentamentos nas decisões sobre organização, funcionamento e processo pedagógico das escolas; a inclusão nos calendários escolares, de tempo para os professores realizarem cursos de atualização pedagógica.

São ainda orientações importantes viabilizar a capacitação e titulação de professores, de acordo com os princípios pedagógicos do MST; estabelecer relações com entidades e instituições educacionais próximas ao projeto político e pedagógico do MST, no sentido de viabilizar programas de capacitação dos professores e também, realizar intercâmbio para melhoramento crítico de nossa

⁷ Documento publicado em fevereiro de 1991 extraído do texto aprovado no 6º Encontro Nacional do MST realizado em Piracicaba/SP, na mesma data.

proposta; desenvolver programas de alfabetização de adultos e jovens que não tiveram acesso à escola em idade própria, garantindo também, programas pedagógicos adequados aos nossos princípios; elaborar uma orientação nacional para a composição do Currículo Mínimo, para as séries iniciais do 1º grau nas escolas de assentamentos; elaborar um Manual Nacional de Educação, em que conste a proposta de Currículo Mínimo e a proposta básica de educação do MST; organizar fóruns e seminários de discussão e sistematização das experiências pedagógicas alternativas que vêm sendo realizadas em escolas de assentamentos de todo o país; realizar em todas as instâncias do MST, um estudo e discussão da proposta pedagógica do Movimento para as escolas dos assentamentos; as direções devem assumir junto com o Setor, a implementação da educação nas escolas e assentamentos.

Nesse caminhar da educação dentro do MST, muitas experiências novas estão sendo desenvolvidas. Enfrentando as dificuldades com criatividade e disposição, estão construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola. Partindo do questionamento: *O que se quer com as escolas dos assentamentos*⁸ busca-se uma escola onde se educa partindo da realidade; uma escola em que professor e aluno são companheiros e trabalham juntos – aprendendo e ensinando; uma escola que se organiza criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo. “O caminho se faz caminhando. Se aprende capinar, capinando. Em nosso trabalho de educação estamos aprendendo muitas lições.” (MST, 2005, p. 31)

Encontramos aqui a importância dessa memória, história, que está sendo construída e arquivada, uma vez que estes documentos circularam em forma de apostila por vários estados do país, recebendo críticas, complementações e sugestões, sendo incorporado todo o processo de discussão feito e apresentado um material mais explicativo e com mais exemplos práticos.

O documento chama atenção para o *desafio* em relação a esse conjunto de orientações e sugestões. Sempre há preocupação com a “realidade”, várias vezes mencionada e ressaltada. E qual será essa realidade? O próprio documento, especificamente nesse Caderno, esclarece-nos a respeito quando afirma que realidade é: “tudo aquilo que fazemos, pensamos, dizemos e sentimos da nossa vida prática. É o nosso trabalho. É a nossa organização. É a natureza que nos cerca.” (MST, 2005, p. 51-52)

A importância da prática na aprendizagem das crianças - Texto de fevereiro de 1993,⁹ pelo seu caráter analítico, nos diz que: “A experiência está nos mostrando que educar este sujeito não é tarefa nada fácil. Não acontece espontaneamente só por termos como objetivo. Também aqui a prática é fator decisivo” (MST, 2005, p. 83). Nesse sentido, há uma preocupação em desenvolver uma Metodologia, ou uma estratégia pedagógica adequada para que se consiga atingir os objetivos, criando-se, assim, um novo jeito de educar, ou seja, um novo jeito de aprender e ensinar.

Um dos fatores a ser observado é o partir da prática começando por identificar os principais desafios e as necessidades da comunidade de que faz parte a escola, transformando-os em matéria-prima básica para organizar as atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

Ao trazer a vida para dentro da escola, as crianças se educam para entender e sentir melhor esta vida, participando da busca de soluções para os diversos tipos de problemas. Portanto, vê-se que o desafio é atender às necessidades e, através desse processo, ir produzindo os conhecimentos sobre a realidade e ampliando a visão de mundo das crianças e sua capacidade de transformar, de agir sobre a realidade, não só a sua como toda a realidade, que deve ser conhecida e entendida. Em Freire (2000, p. 121-122) vemos a importância desse entendimento:

⁸ Cf. Caderno de Formação nº 18. Elaboração: equipe constituída pelos Setores de Educação e de Formação do MST.

⁹ Elaboração: Roseli Salete Caldart – Setor de Educação do MST e DER/FUNDEP.

Uma das coisas mais significativas de que nos tornamos capazes mulheres e homens ao longo da longa história que, feita por nós, a nós nos faz e refaz, é a possibilidade que temos de reinventar o mundo e não apenas de repeti-lo ou reproduzi-lo. [...] É exatamente porque somos condicionados e não determinados que somos seres da decisão e da ruptura. E a *responsabilidade* se tornou uma exigência fundamental da liberdade. Se fôssemos determinados, não importa por quê, pela raça, pela cultura, pela classe, pelo gênero, não tínhamos como falar em liberdade, decisão, ética, responsabilidade. Não seríamos educáveis, mas adestráveis. Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio [...]. Não haveria como falar em liberdade sem a consciência da determinação que se torna assim condicionamento.

Cabe destacar o documento *Em nossa concepção de educação e de escola - construindo o caminho* – publicado em abril de 2001,¹⁰ que esclarece a construção de uma concepção de educação como resultado da trajetória de luta e de organização dos trabalhadores do campo, que, para além do inventar, trata-se de recuperar algumas matrizes pedagógicas desvalorizadas pela sociedade capitalista, levando a uma pedagogia própria, do trabalho, da terra, da história, da organização coletiva, da luta social.

O processo de formação humana vivenciado pela coletividade sem terra em luta é a grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, e preocupada com a formação de sujeitos da transformação social e da luta permanente por dignidade, justiça, felicidade. Busca-se refletir sobre o conjunto de práticas que fazem o dia a dia dos sem terra, e extrair delas lições de pedagogia, que permitam qualificar a intencionalidade educativa junto a um número cada vez maior de pessoas. A isso o Movimento chama de *Pedagogia do Movimento*.

Outro fato importante é que Educação não é sinônimo de escola. Ela é muito mais ampla porque diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos aprendizados de ser humano. Mas a escolarização é um componente fundamental neste processo e um direito de todas as pessoas. Desde os primeiros acampamentos e assentamentos esta é uma das lutas do MST. Primeiro por certa intuição de que isto também era um direito, e pela consciência de que se as escolas não fossem no assentamento, muitas crianças continuariam fora delas. Aos poucos esta exigência foi se tornando uma convicção, um princípio do MST. Estudar na cidade, só em último caso. Considera-se que a educação no meio urbano prepara o filho do agricultor para sair do assentamento. O ensino nas escolas dos assentamentos e acampamentos do MST deve preparar os estudantes para ficar e transformar o meio rural. Por isso passa-se a trabalhar por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político e pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito à vida, e na valorização da cultura camponesa.

Nesse sentido, o texto *Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas - Textos do Boletim da Educação n. 8 – publicado em julho de 2001*¹¹, sintetiza os princípios básicos da Pedagogia Do Movimento Sem Terra.¹²

Por que falar em *Pedagogia do Movimento Sem Terra* e não mais em *proposta de educação* ou *proposta pedagógica do MST*? Passamos a fazer isto para reforçar duas idéias muito importantes para nossa ação e reflexão: O MST tem uma pedagogia. A pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome *Sem Terra*, e que no dia-a-dia educa as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio *movimento*. É para esta pedagogia, para este movimento pedagógico, que precisamos olhar para compreender e fazer

¹⁰ Elaboração: Setor de Educação MST.

¹¹ Textos: Roseli Salete Caldart – Setor de Educação MST e ITERRA.

¹² Texto elaborado em setembro de 1999. Trata-se de uma síntese elaborada a partir de *Escola é mais do que Escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra*, tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul em agosto de 1999.

avançar nossas experiências de educação e de escola. A pedagogia do MST hoje é mais do que uma proposta. É uma prática viva, em movimento. É desta prática que vamos extrair as lições para as *propostas pedagógicas* de nossas escolas, nossos cursos, e também para refletirmos sobre o que seria uma *proposta* ou um *projeto popular de educação* para o Brasil. (MST, 2005, p. 235)

Ao dizer *escola de assentamento* (ou de acampamento), afirma-se a necessária vinculação da escola com a realidade local e o desafio de participar efetivamente da solução de seus problemas. Ao dizer *escola do MST*, afirma-se a relação que a escola deve ter com a luta pela reforma agrária, que vai além das questões localizadas em cada assentamento. Ao dizer *escola do campo*, assumi-se um vínculo mais amplo com o destino do conjunto dos camponeses ou dos trabalhadores do campo, o que exige da escola que também leve novas questões à comunidade, ajudando em seu engajamento a um projeto mais amplo, histórico, de futuro. Em qualquer das expressões, o *de* ou o *do* pretendem-se afirmativos de uma identidade construída. Não basta ter escola *no* assentamento; ela tem que ser uma escola *de* assentamento. Não basta ter escola *no* campo; tem que ser uma escola *do* campo, que assuma as causas e a cultura de quem ali vive e trabalha.

O projeto de educação é uma elaboração em torno de princípios ou linhas de ação, como forma de, ao mesmo tempo, respeitar as diferentes realidades, estimular a reflexão criativa em torno de como implementar na prática estes princípios, e manter a unidade de atuação, tal como acontece no conjunto de dimensões de luta do MST.

Quando se fala no *projeto de educação do MST*, refere-se à combinação entre a luta pelo acesso à escolarização, e o processo de construção de uma pedagogia adequada aos desafios da realidade específica em que atuam, e do projeto social e histórico mais amplo que os anima e sustenta. Busca-se refletir sobre uma escola pública como são todas as escolas que têm nos assentamentos e acampamentos, que assume o vínculo com a luta, a organização, e a pedagogia do movimento. Nesse sentido reforçamos com as palavras de Freire (1987, p. 32):

Pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.

Freire (1987, p. 52 - 53), argumenta ainda que a “ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, ‘ação cultural’ para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles”. E afirma, com muita propriedade, que: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Para tanto há alguns princípios fundamentais dessa pedagogia, dentre eles, a relação entre prática e teoria e a preocupação com a formação para a ação transformadora; a realidade e seu movimento como base da produção do conhecimento; seleção de conteúdos formativos socialmente úteis e eticamente preocupados com a formação humana íntegra; educação para o trabalho e pelo trabalho, com ênfase na cooperação; construção de um ambiente educativo que vincule a escola com os processos econômicos, políticos e culturais; gestão democrática, incluindo a auto-organização dos educandos para sua participação efetiva nos processos de gestão escolar; práticas pedagógicas preocupadas com a vivência e a reflexão sobre valores centrados no ser humano; formação para a postura e as habilidades de pesquisa; cultivo da memória coletiva do povo brasileiro e valorização especial da dimensão pedagógica da história; vínculo orgânico da escola às comunidades do campo; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores; avaliação como um processo permanente, participativo, e que envolve todos os momentos do processo educativo.

A análise documental acima indicou que o significado da história e da política de educação, que é passada nos documentos estudados, vai bem além do contexto dos assentamentos ou do próprio MST, pois o movimento está diante de um capítulo especial da educação popular em nosso país. Pais, professores e alunos estão construindo, nestes locais, escolas “diferentes”, uma escola

orgânica à sua organização e aos processos de desenvolvimento rural proposto e implementado pela luta, no sentido de uma genuína pedagogia de um movimento social particular e eminentemente contemporâneo – o MST.

Considerações finais

A fusão do homem-do-dizer com o homem-do-fazer é a chave revolucionária da educação.
Mario Manacorda

Diante do exposto, constatamos que a proposta pedagógica do MST é nova, podendo ser considerada de fato, uma autêntica revolução educacional, afinal trata-se da revisão das formas tradicionais de fazer, pensar e dizer a educação do povo, demonstrando na prática quem pode e deve ser o sujeito das mudanças fundamentais para a educação.

Embora fazendo parte de uma mesma trajetória geral de luta, cada assentamento ou acampamento tem uma história própria, com singularidades que dizem respeito a momentos e circunstâncias conjunturais e às próprias diversidades das características de cada grupo e de cada local. A discussão sobre a escola necessariamente, assume esta singularidade. Neste texto, não teremos condições de explorar os detalhes de cada uma destas histórias. O que pretendemos é identificar suas linhas gerais e suas questões mais importantes. Por isso, optamos pelo detalhamento de apenas algumas das experiências, de modo a balizar com exemplos o movimento histórico geral dos assentamentos do Estado. (MST, 2005, p.12)

Outro fato notável diz respeito à preocupação com uma escola pública e voltada para os interesses e realidade dos assentados, havendo um envolvimento de pessoas das cidades e entorno dos municípios no planejamento e organização deste sistema educacional, o que culminou na criação do Setor de Educação a partir de 1988:

com a criação do Setor de Educação, com a explicitação da necessidade de titulação dos professores e mais a consciência da complexidade das mudanças pretendidas nos assentamentos, há um aprofundamento da discussão sobre esta questão da formação, e o Setor acaba se envolvendo num projeto audacioso. Passa a lutar por espaço num curso de Magistério que permita resolver os dois problemas dos professores dos assentamentos: uma formação adequada aos desafios assumidos e a obtenção do título que lhes permita negociar com o Estado a indicação dos professores de dentro do Movimento. (MST, 2005, p.22)

A análise evidenciou aspectos político-pedagógicos, como norteadores dos princípios e objetivos a serem alcançados nas escolas dos assentamentos e acampamentos. Esses devem voltar-se principalmente para a formação de valores humanos e metodológicos, ou seja, essas escolas não devem constituir-se apenas em um local de troca de informações, mas, igualmente, de formação de militantes aptos a transformar a sociedade e assumir o avanço e a organização de movimentos sociais, tendo autonomia de funcionamento e organização pedagógica de acordo com as especificidades locais.

Estamos falando de uma história de educação. A história da organização e luta de pais e professores dos acampamentos e assentamentos para assegurar o direito de crianças à escolaridade, o que pela situação irregular das várias etapas da luta pela terra ficou sempre complicado; e mais, direito a uma escola de boa qualidade, capaz de dar respostas adequadas aos desafios do novo tipo de vida nas terras conquistadas. (MST, 2005, p.11)

Essas características vêm acompanhadas de uma severa crítica à escola tradicional e da necessidade de ampliar a participação do conjunto das pessoas e de sempre se avaliar e reorganizar novas etapas. A experiência dessa luta passou a significar um constante aprendizado, pois:

um outro aprendizado está na transformação dessa vivência coletiva de que *escola pode ter relação com a luta e com a terra* na efetiva atribuição de novos significados à escola concreta, aquela em que cada família busca colocar seus filhos para que tenham *um futuro melhor*. Na herança cultural que carregam enquanto trabalhadores e trabalhadoras do campo [...] O terceiro aprendizado, trata-se da descoberta de que sua vida no movimento tem sido, de fato, *uma grande escola*, e que através da luta já aprendeu muito mais coisa do que lembra ter aprendido no seu tempo de escola formal. Se é assim, então há duas reflexões que passa a perceber como necessárias: a primeira é a de que havia *algo errado* na escola em que esteve e é preciso pensar sobre o que era para não repetir o mesmo erro. (CALDART, 2004, p. 219)

A história da educação geralmente é contada a partir dos discursos teóricos dominantes em cada época, excluindo dela os sujeitos que fazem essa história, mas não a possuem, ou seja, não tomam consciência da sua ação, não a teorizam, não a registram. Assim, neste artigo procuramos romper com esse jeito tradicional de contar a história, dando a palavra aos sujeitos reais de uma prática educativa concreta, justamente para que ao dizê-la, eles possam além de registrar, analisar mais profundamente o que estão fazendo.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. O papel das idéias na construção de alternativas. In: BORON, A. A. (Org.). *Nova hegemonia mundial: Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. p. 37-52.
- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BORON, A. A. (Org.). *Nova hegemonia mundial: Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.
- BRASIL. *ECA – Estatuto da criança e do adolescente* (1990). D.O.U. 16.07.1990.
- CALDART, R. S. *Pedagogia do movimento sem terra*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MST. *DOSSIÊ MST Escola – Documentos e Estudos 1990 – 2001*. 2. ed. Caderno de Educação n. 13. Edição Especial. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FONSECA, L. M. *Reforma agrária no Brasil e os assentamentos do MST: uma abordagem jurídico-social e histórica*. Monografia - Faculdade de Direito, UNINCOR, Caxambu, 2005. 103 f.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- _____. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARQUES, M. R. A. Educação e movimentos sociais: tendências curriculares na escola. In: SILVA, M. V.; CUNHA, M. D. da (Org.). *Políticas e práticas docentes: alternativas*. Uberlândia: EDUFU, 2004.

_____. LDB, PCNs e tendências curriculares: uma interpretação à luz dos Movimentos Sociais. In: MARQUES, M. R. A.; SILVA, M. V. (Org.). *LDB – balanços e perspectivas para a educação brasileira*. Campinas: Alínea, 2008, p. 23-49.

OLIVEIRA, F. Há vias abertas para a América Latina? In: BORON, A. A. (Org.). *Nova hegemonia mundial: Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004, p. 111-118.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9 ed., São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. V.1. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. rev. e ampl. de acordo com a ABNT, São Paulo: Cortez, 2002.

TOURAINÉ, A. *Palavra e sangue: Política e Sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

_____. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

VERÍSSIMO, M. R. A. M. *Educação e cidadania na pós-modernidade*. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1996.

VIEIRA, E. *A Política e as bases do direito educacional*. Disponível em: <<http://cedes-gw.unicamp.br/cedes.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

Recebido em: 10 de setembro de 2010.
Aprovado em: 15 de novembro de 2010.